



RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA SOLANGE DANTAS DE QUEIROZ

**VELHICE E ABANDONO: Um Estudo de Caso na Casa de Nazaré em Fortaleza –
CE**

FORTALEZA

2015

MARIA SOLANGE DANTAS DE QUEIROZ

**VELHICE E ABANDONO: Um Estudo de Caso na Casa de Nazaré em Fortaleza –
CE**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes.

FORTALEZA

2015

MARIA SOLANGE DANTAS DE QUEIROZ

**VELHICE E ABANDONO: Um Estudo de Caso na Casa de Nazaré em Fortaleza –
CE**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes

Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Virzângela de Paula Sandy

Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Lúcia de Fátima Rocha Bezerra Maia

Universidade Federal do Ceará

Dedico esta monografia a meu marido
e meus filhos pela fé e confiança demonstrada.
Aos meus amigos, pelo apoio incondicional.
À minha orientadora, pela paciência demonstrada no
decorrer do trabalho.
Enfim, a todos que de alguma forma
tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, fonte de vida e libertação, que me envolve todos os dias no seu amor e me faz acreditar em um mundo mais justo, humano e fraterno.

Agradeço ao meu esposo, Reginaldo Beserra, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldade.

Agradeço aos meus filhos, Igor Dantas e Iagor Dantas, pela paciência, pelo incentivo, pela força de vontade e principalmente pelo carinho.

Agradeço à minha orientadora, Kelly Maria, pela disponibilidade, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço aos meus colegas de turma, por serem meus amigos e me ensinarem a conviver com as diferenças.

Agradeço a todos que participaram desta etapa, pois direta ou indiretamente me fizeram crescer pessoalmente e profissionalmente.

“Somos autores de boa parte de nossas escolhas e omissões, audácia ou acomodação, nossa esperança e fraternidade ou nossa desconfiança. Sobretudo, devemos resolver como empregamos e saboreamos nosso tempo, que é afinal sempre o tempo presente. Somos transição, somos processo. E isso nos perturba. O fluxo de dias e anos, décadas, serve para crescer e acumular, não só perder e limitar. Dessa perspectiva nos tornaremos senhores, não servos. Pessoas, não pequenos animais atordoados que correm sem saber ao certo o porquê.”

LYA LUFT (2004)

RESUMO

O presente trabalho intitulado: Velhice e Abandono: Um Estudo de Caso na Casa de Nazaré em Fortaleza – CE, apresenta um estudo que se realizou com idosas em uma Casa de Longa Permanência na cidade de Fortaleza. Esse estudo teve como objetivo analisar as percepções das idosas da Casa de Nazaré com relação à velhice, à família e ao abandono; além de descrever o cotidiano das idosas, e investigar como se davam as relações sócio-familiares das idosas antes de serem institucionalizadas. A atual situação do idoso no Brasil possui uma característica que conceitua um efeito cumulativo de eventos socioeconômicos e de saúde ao longo dos anos, demonstrando que o tamanho da prole, as separações, o celibato, a mortalidade e a viuvez vão originando, no desenvolver e evoluir das décadas, arranjos familiares, onde o morar sozinho, ou com parentes, e até mesmo em instituições destinadas aos idosos pode ser a causa dos desgastes e maltrato a idosos no país. Este trabalho seguiu uma metodologia qualitativa, que foi embasada através de um estudo exploratório e bibliográfico, culminando em um estudo de caso. Apresentamos e discutimos nas reflexões teóricas autores como: Alcântara (2004), Beauvoir (1970), Boulton (1993), Camarano (2004), Carlye Jr. (2011), Cupertino e Novaes (2004), Chaimowicz (1997), França (2013), Kuchemann (2012), Minayo (1993; 2003; 2004), Moreira (2001), Siqueira (2004), Tier, Fontana e Soares (2004), Torres (2010), Reis e Reis (2010) e Veras (2007). A velhice na atualidade é um fenômeno relevante. É perceptível o crescimento da população idosa no Brasil e no mundo. Observamos que a vivência das idosas na Casa de Nazaré é rodeada por um ambiente que busca socializar e incentivar o desenvolvimento do grupo de idosas. Quanto as suas percepções sobre a velhice temos que a maior parte delas não tem estruturado um conceito sobre esta faixa etária. A respeito dos conceitos de família e abandono analisamos que, também, não há uma descrição comum, além de muitas delas não trazer o conceito de abandono para o contexto familiar de forma clara e sucinta. Por fim, acreditamos que a partir do momento em que todas as faixas etárias, classes sociais e etnias forem respeitadas e reconhecidas a sociedade será um espaço melhor de se viver, e conviver, buscando sempre o bem estar de todos independente dos fatores citados anteriormente.

Palavras-Chave: Velhice. Abandono. Família.

ABSTRACT

This work entitled: OLD AGE AND ABANDONMENT: A Case Study in Nazareth House in Fortaleza - CE, presents a study that was conducted with elderly in a long-stay home in the city of Fortaleza. This study aimed to analyze the perceptions of older people about the Nazareth House with regard to old age, family and abandonment; and describes the daily lives of the elderly; and investigate how to give the elderly the social and family relationships before being institutionalized. The current elderly situation in Brazil has a feature that conceptualizes a cumulative effect of socio-economic events and health over the years, showing that the size of offspring, separations, celibacy, mortality and widowhood will originate in developing and evolve the decades, living arrangements, where living alone or with relatives, and even in institutions for older people may be the cause of the wear and abuse the elderly in the country. This work followed a qualitative methodology, which was based through an exploratory and bibliographical study, culminating in a case study. The authors present and discuss theoretical reflections as: Alcantara (2004), Beauvoir (1970), Boulton (1993), Camarano (2004), Carlye Jr. (2011), Cupertino and Novaes (2004), Chaimowicz (1997), France (2013), Kuchemann (2012), Minayo (1993; 2003; 2004), Moreira (2001), Smith (2004), Tier, Fontana and Soares (2004), Torres (2010), Kings and Kings (2010) and Veras (2007). Old age today is an important phenomenon. The growth of the elderly population in Brazil and the world is noticeable. Finally, we believe that from the time when all age groups, social classes and ethnic groups are respected and recognized society will be a better place to live, and live, always seeking the welfare of all independent of the factors mentioned above.

Key-Words: Abandonment. Family. Old age.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO I – HISTÓRICO SOBRE VELHICE E CONCEPÇÕES DO TERMO TERCEIRA IDADE	20
2.1 Definições, Conceitos e Características da Terceira Idade Feminina	24
2.2 O Envelhecimento no Brasil	26
3 CAPITULO II – FAMÍLIA E ABANDONO	32
3.1 Breve Histórico da Família no Brasil: Sua Função Social e Formativa	32
3.2 Família e Abandono da Pessoa Idosa.....	36
4 CAPITULO III – PESQUISA DE CAMPO	42
4.1 Desvelando o Lócus da Pesquisa	42
4.2 Os Sujeitos Participantes da Pesquisa	43
4.3 Como Eram as Relações Familiares Dessas Idosas Antes da Institucionalização	46
4.4 Conceitos Sobre a Velhice, a Família e Abandono	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

*A infância é a idade das interrogações,
a juventude a das afirmações,
a velhice a das negações.*

(Paolo Mantegazza)

Até a década de 1940, a quantidade de idosos no Brasil era reduzida e desta maneira os órgãos governamentais não davam a devida atenção e deixavam de lado a elaboração e execução de políticas públicas que atendessem as necessidades dos idosos.

A questão do idoso no país era tratada com equivalência às outras questões comuns de natureza assistencialista, que, na maioria das vezes era confundida com bondade, caridade, um favor imerecido. Não havia, nessa época, a compreensão da assistência social como dever do estado e direito do cidadão (MEIRELES, 2004).

Mais adiante, no final da década de 1960, a quantidade de idosos na população brasileira aumentou significativamente, e as instituições asilares passaram a acolher com maior frequência a velhice. Contudo, essa prestação de serviço, com o devido conforto, lazer e assistência médica, não acompanhou a demanda de crescimento.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, havia no Brasil, em 1960, 3,3 milhões de habitantes com 60 anos ou mais, correspondendo a 4,7% da população. Em 2000, este número passou para 14,9 milhões, ou seja, 8,9% dos brasileiros estavam nessa faixa etária. Ao passo que, na última década, houve um grande salto, atingindo o número de 20,5 milhões de idosos, o que representava 10,8% da população brasileira no ano de 2010.

Somente em 2003, surge uma legislação específica para os idosos. A lei nº 10.741/03, conhecida como o Estatuto do Idoso, assegura às pessoas com mais de 60 anos os seus direitos e deveres perante a sociedade.

Em 2006, de acordo com o jornal Diário do Nordeste (Fortaleza, 18/07/2012), a Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência instaurou 41

procedimentos de violência contra o idoso. Este número aumentou para 727 em 2011, o que corresponde a um aumento 17 vezes maior em um período de 5 anos. Em 2012, durante o primeiro semestre, foram registrados 437 procedimentos, totalizando uma média de 72 ocorrências por mês. Dessa maneira entendemos que, apesar de existir uma legislação que vai de encontro a proteção do idoso, os casos de violência contra essas pessoas vêm aumentando significativamente nos últimos anos.

Contudo, alertamos que a questão da violência contra o idoso não se trata apenas da violência física. Podemos, também, caracterizar como violência o abandono, tendo em vista que a própria Constituição Federal em seu capítulo VII e artigo 226, apresenta providência a respeito da família, da criança, do adolescente e do idoso. Além da Constituição Federal, o Código Penal em seu artigo 133 prevê como crime o abandono de incapaz. Dessa maneira, o abandono também pode ser caracterizado como um tipo de violência.

Um grupo de pesquisadores no Pará, da área de estudos sobre a velhice, apresentou uma pesquisa com 71 idosos, com idades entre 60 e 97 anos, e constatou que 66% desses idosos viviam em instituições de longa permanência pública e os outros 44% residiam em instituições filantrópicas. A partir desse estudo, os pesquisadores concluíram que a maioria dos internos escolheram viver na instituição por vontade própria, 22% foram para lá devido ao abandono pela família e 12% referiram-se à necessidade de tratamento de saúde (KHOURY, 2009).

Segundo uma reportagem do Jornal O Povo (Fortaleza, 29/09/2013), a população idosa tende a aumentar no Brasil. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tinha 21 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos em 2012. A estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que o país seja o sexto em número de idosos em 2025, quando deve chegar a 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. A expectativa de vida também tende a crescer, devendo chegar a 80 anos em 2041. A expectativa média é de 74,8 anos para bebês nascidos em 2013, segundo o IBGE. Com o envelhecimento dos cidadãos, o funcionamento das políticas públicas se tornam essenciais para a garantia dos direitos básicos do idoso.

Na sociedade moderna, na qual o indivíduo é valorado pela sua produtividade, os idosos são vistos como improdutivos, o que os torna mais dependentes da família e da sociedade. O envolvimento de seus familiares com o

trabalho, com a busca pelo sucesso profissional, e até mesmo pela própria sobrevivência, faz com que o idoso, muitas vezes, sinta-se abandonado à própria sorte.

Exemplo desta realidade se consegue encontrar na Casa de Nazaré, em Fortaleza, fundada em 15 de novembro de 1941. É uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos e de utilidade pública, dirigida pela Companhia dos Filhos de São Vicente de Paulo, cuja missão é “servir a Jesus Cristo Corporal e Espiritual, na pessoa dos pobres.” Atualmente, no ano de 2014, vivem em suas dependências 39 mulheres com 60 anos ou mais e que recebem assistência médica, moradia, conforto e lazer, sem discriminação de cor ou credo religioso. Para tanto, exige-se que estas idosas estejam com saúde para se autogerir, isto é, que sejam capazes de fazer sua higiene pessoal, bem como sejam aposentadas e façam a doação de 70% do seu benefício previdenciário. Importante salientar que estas exigências fazem parte da política interna da instituição e, principalmente, que não violam as normas brasileiras.

O envelhecimento populacional é considerado um fenômeno recente na história da humanidade, resultado da queda da taxa de natalidade associado ao aumento da expectativa de vida, sendo, simultaneamente, a causa e a consequência de significativas transformações sociais, econômicas e culturais. (INÁCIO, 2011)

Desta forma, podemos afirmar que o aumento quantitativo das pessoas idosas e, conseqüentemente, o envelhecimento da população, traz novas problemáticas para as famílias e para toda a sociedade.

Quando as pessoas envelhecem, condições crônico-degenerativas levam a limitações físicas, cognitivas e sociais, de modo que a execução de atividades diárias torna-se bastante complicada, criando uma crescente dependência e produzindo uma inversão de papéis, visto que passa a caber às gerações mais novas responder pelos idosos que, no passado, lhes proporcionaram proteção, segurança e cuidado.

Neste sentido, surge para a família, para a sociedade e para o Estado, o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, obrigações estas que estão previstas pelo artigo 230 da Constituição Federal de 1988 e que foram pormenorizadas pelo Estatuto do Idoso do ano de 2003.

A família, de modo pouco aprofundado, pode ser conceituada como uma organização complexa de relações de parentesco (BISOLI-ALVES & MOREIRA, 2007), uma instituição historicamente condicionada, cuja tarefa primordial é cuidar e proteger os seus membros. Ocorre que, no decorrer da história, ela vem sofrendo

mudanças em sua dinâmica cotidiana, de tal sorte que ela não está conseguindo realizar integralmente esta tarefa.

Assim, diante dos “novos” cenários em que as mulheres já estão inseridas no mercado de trabalho, ela não tem disponibilidade para cuidar somente dos idosos de sua família. A falta de um familiar cuidador, somada às dificuldades de ordem financeira, na maioria das famílias brasileiras, têm gerado obstáculo para a manutenção do idoso em seu lar (CAMARANO, 2007). Logo, em alguns casos, o idoso decide morar sozinho ou, o que é mais comum, a família ou o próprio idoso buscam uma instituição asilar.

O abandono é o motivo principal e expressivo de institucionalização. Este estado emocional surge em razão de a pessoa estar afastada fisicamente da família ou das pessoas do seu convívio próximo, isto é, está privada de suas relações de afeto, levando a sensações de solidão e desamparo pelo isolamento social e emocional (CASARA, 2009).

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgado no dia 24 de maio de 2014, revelou que o número de instituições públicas que abrigam os idosos não acompanha o crescimento da população de idosos, que já chega a mais de 20 milhões de pessoas, segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010. Mostrou, ainda, que cerca de 83 mil idosos, em sua maioria mulheres, vivem nos 3.548 asilos públicos e privados que funcionam no Brasil, sendo que apenas 218 pertencem às esferas municipais e estaduais. A pesquisa concluiu, também, que as Instituições de Longa Permanência brasileiras são mantidas pelos recursos dos idosos, que podem contribuir com até 70% do valor do benefício da aposentadoria, conforme autorizado pelo Estatuto do Idoso, ou pelos recursos dos familiares, mesmo os filantrópicos que recebem financiamento público.

Não é uma tarefa simples definir o que é “ser velho”. Existem alguns conceitos como “velhice” e “terceira idade” que podem nos ajudar nessa compreensão, todavia acrescentamos que não estamos aderindo a dessas definições citadas acima (“velhice” e “terceira idade”). Essas definições segundo Camarano (2008), devem abranger não somente o fator etário, mas três limitações devem ser levadas em consideração segundo o autor. A primeira seria a respeito da heterogeneidade entre os indivíduos no espaço, nos grupos sociais e no tempo, ou seja, a diferença entre esses sujeitos é um fator que intervém na definição do termo. Além dessa, existe a segunda limitação que diz respeito às características biológicas e culturais. Entendemos o fator

cultural, também, como um hábito alimentar onde alguns indivíduos possuem determinados costumes na rotina nutricional. Por último, eles destacam a finalidade social na delimitação do conceito de “idoso”. Destacamos nesse último tópico que os autores contribuem afirmando que a definição também está ligada à sociedade. Dessa maneira, entendemos que o conceito se constrói e é “inventado” dentro de um contexto social.

Ainda no contexto dessas limitações, compreendemos que a heterogeneidade diz respeito que o idoso pertence à sociedade e foi constituído a partir de um meio social, não podendo assim ser considerado e definido como um ser isolado

Segundo o dicionário Aurélio (2002), o termo “idoso” significa aquele que tem muitos anos; velho; aquele que tem idade avançada. A Constituição Federal categoriza o idoso como o sujeito que tem idade igual ou superior a 60 anos. Partindo desta última consideração, destacamos o que já foi afirmado acima no que se refere que o conceito de idoso é, também, uma definição que se constrói dentro de uma sociedade, uma vez que o embasamento citado se refere à lei maior do país, a Constituição Federal.

A partir do exposto, entendemos que o envelhecimento é um processo complexo, uma vez que considera e acumula vários fatores influentes no processo como: aspectos genéticos, alimentação, rotina diária, atividade física, dentro outros fatores.

Na medida em que a população envelhece alguns fatores ganham visibilidade como é o caso da violência. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência pode ser definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação de ir e vir. Destacamos também, uma outra definição apresentada pela Rede Internacional para a Prevenção de Maus Tratos contra o Idoso (1995), afirmando que o maltrato ao idoso é um ato ou omissão que lhe cause dano ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança.

A atual situação do idoso no Brasil possui uma característica que conceitua um efeito cumulativo de eventos socioeconômicos e de saúde ao longo dos anos, demonstrando que o tamanho da prole, as separações, o celibato, a mortalidade e a viuvez vão originando, no desenvolver e evoluir das décadas, arranjos familiares, onde o morar sozinho, ou com parentes, e até mesmo em instituições destinadas aos idosos pode ser a causa dos desgastes e maltrato a idosos no país.

As reflexões até aqui apresentadas apontam para um fenômeno que destaca o envelhecimento demográfico e as demandas sociais específicas dele decorrentes tornaram a velhice um tema privilegiado de investigação, levando a um aumento significativo do número de obras publicadas nas últimas décadas.

Pelo exposto, somado à visita realizada em 20 de março de 2014, por mim à Casa de Nazaré, local onde desenvolverei o trabalho científico sobre a velhice, a família e o abandono, foi possível vislumbrar a importância deste tema. O envelhecimento populacional fez surgir a necessidade de maior número de profissionais especializados para o cuidado dos idosos, fase da vida que também faz jus à valorização, ao respeito e à dignidade, cuja responsabilidade não recai somente sobre as famílias destes. Neste mesmo sentido, para que haja uma profissionalização sólida e fundamentada, é importante o desenvolvimento de trabalhos científicos nesta área.

Partindo do cenário evidenciado, este trabalho tem a seguinte questão norteadora: Quais as percepções das idosas da Casa de Nazaré, em Fortaleza-CE, com relação à velhice, à família e ao abandono?

Temos como objetivo geral: analisar as percepções das idosas da Casa de Nazaré, em Fortaleza-CE, com relação à velhice, à família e ao abandono. Como objetivos específicos temos: descrever o cotidiano das idosas na Casa de Nazaré em Fortaleza-CE; investigar como se davam as relações sócio-familiares das idosas antes de serem institucionalizadas; e compreender a visão das idosas sobre a fase a qual estão vivenciando (velhice).

Esse estudo se desenvolveu, utilizando bases teóricas que buscaram uma aproximação com as categorias idoso, envelhecimento, violência, abandono e institucionalização, sendo conceitos e definições essenciais para embasar, respaldar e contextualizar o desenvolvimento da pesquisa. Realizamos estudos prévios tendo como base os seguintes autores principais: Alcântara (2004), Beauvoir (1970), Boulton (1993), Camarano (2004), Carlye Jr. (2011), Cupertino e Novaes (2004), Chaimowicz (1997), França (2013), Kuchemann (2012), Minayo (1993; 2003; 2004), Moreira (2001), Siqueira (2004), Tier, Fontana e Soares (2004), Torres (2010), Reis e Reis (2010) e Veras (2007) entre outros autores que contribuíram com subsídios teóricos para a compreensão e aproximação da temática proposta. A seguir apresentamos como se estruturou a pesquisa, objetivando clarear a proposta do trabalho.

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa e descritiva acerca da temática família, velhice e abandono, através das pesquisas de tipo: bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa qualitativa visa compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Essa modalidade de pesquisa trabalha com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições (GIL, 1999).

Consultamos autores nos temas da família, velhice e o abandono, com destaque para Leme & Silva (2002), Paschoal (2002), Santos (2003), Petrini (2003), Araújo (2003), Silva (2006), Debert & Simões (2006), Bisoli-Alves & Moreira (2007), Camarano (2008), para uma melhor compreensão do assunto. Além disso, contamos com textos legais, quais foram: a Política Nacional do Idoso (PNI, 1994); a Constituição Federal de 1988; e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01/10/2003).

Os sujeitos da pesquisa foram às próprias residentes da instituição com idade a partir de 60 anos (idade adotada pelo Estatuto do Idoso), do sexo feminino. A inclusão das participantes da pesquisa obedeceu aos seguintes critérios: 1) ter idade igual ou superior a 60 anos; 2) não ter mais contato com seus familiares; e 3) aceitar ser entrevistado assinando um Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE).

Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa, sendo orientados sobre os objetivos e o caráter voluntário da participação. A realização da pesquisa foi aprovada pela direção da instituição e todos os sujeitos assinaram o termo de consentimento cujo modelo se encontra ao final do trabalho.

A pesquisa foi instrumentalizada por meio de entrevista semiestruturada, além de um instrumental elaborado pela pesquisadora com os dados para a identificação das idosas.

Ainda no capítulo terceiro apresentamos os dados da pesquisa, destacando as atividades, a história, dados qualitativos e quantitativos a respeito da instituição pesquisada e, o principal, destaca os discursos das idosas entrevistadas, formando uma concepção sólida a respeito de todo o embasamento teórico-crítico apresentando neste trabalho.

A pesquisa qualitativa visa compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Essa modalidade de pesquisa trabalha com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também

com a compreensão das estruturas e instituições, como resultantes das ações humanas objetivadas (MINAYO, 2010).

Como destacam Silva & Menezes (2000, p. 20):

a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Em relação à pesquisa descritiva, Vergara (2000) leciona que ela expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. A autora acrescenta que a pesquisa não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Na pesquisa bibliográfica, foram consultadas várias literaturas relativas ao assunto em estudo, artigos publicados na internet e que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado. Segundo Marconi & Lakatos (2006), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto.

Consultamos autores nos temas da família, velhice e o abandono, com destaque para Leme & Silva (2002), Paschoal (2002), Santos (2003), Petrini (2003), Araújo (2003), Silva (2006), Debert & Simões (2006), Bisoli-Alves & Moreira (2007), Camarano (2008), para uma melhor compreensão do assunto. Além disso, contaremos com textos legais que auxiliarão, quais sejam, a Constituição Federal de 1988; Política Nacional do Idoso (PNI, 1994); e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01/10/2003).

A pesquisa de campo será realizada na instituição Casa de Nazaré, que atende 39 mulheres com 60 anos ou mais, localizada no município de Fortaleza, Estado do Ceará. A referida instituição será melhor detalhada no tópico seguinte deste capítulo.

Segundo Marconi & Lakatos (2006), a pesquisa de campo é uma forma de levantamento de dados no próprio local onde ocorrem os fenômenos, através da

observação direta, entrevistas e medidas de opinião. Além disso, os autores ensinam que esta técnica de pesquisa é uma fase que é realizada após os estudos bibliográficos, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados e a metodologia aplicada.

Os sujeitos da pesquisa são as próprias residentes da instituição com idade a partir de 60 anos, idade adotada pelo Estatuto do Idoso, do sexo feminino. A inclusão das participantes da pesquisa obedeceu aos seguintes critérios: 1) ter idade igual ou superior a 60 anos; 2) não terem mais contato com seus familiares; e 3) aceitar ser entrevistado assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa, sendo orientados sobre os objetivos e o caráter voluntário da participação. A realização da pesquisa foi aprovada pela direção da instituição e todos os sujeitos assinaram o termo de consentimento cujo modelo se encontra ao final do trabalho.

A pesquisa será instrumentalizada por meio de entrevista semiestruturada, utilizando-se de um roteiro (APÊNDICE A) e um instrumental elaborado pela pesquisadora com os dados para a identificação das idosas, seguindo o roteiro de 10 perguntas, permitindo flexibilidade na conversa e a absorção de novos temas e questões trazidas pelos sujeitos da pesquisa. As entrevistas individuais serão gravadas em áudio em celular e transcritas na íntegra, conforme a sequência de sua realização pela pesquisadora. A captação de informações, depoimentos, por meio do gravador representa uma ampliação do poder de registro dos pesquisadores (QUEIROZ, 1983).

Se na pesquisa estruturada o entrevistador segue um roteiro rígido e perguntas padrão, na entrevista semiestruturada, de acordo com May (2004) a diferença central “é o seu caráter aberto”, ou seja, o entrevistado responde às perguntas dentro de sua concepção, mas, não se trata de deixá-lo falar livremente, será realizado uma análise acerca das discussões dos autores que elencamos nesse trabalho e os idosos pesquisados.

O pesquisador não deve perder de vista o seu foco. Gil (1999, p. 120) explica que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. O entrevistador utilizar-se-á de gravador como técnica de coleta de dados.

O trabalho tem a seguinte estrutura: o capítulo 1 aborda sobre a terceira idade apresentando as suas características e concepções embasadas em um referencial teórico

além de uma breve discussão sobre a velhice nos tempos atuais. Neste mesmo capítulo há um subtópico que destaca a velhice no Brasil, discutindo um contexto mais próximo de nossa realidade. O capítulo seguinte tem como tema principal a questão da família e do abandono ao idoso. O capítulo terceiro dá ênfase nos procedimentos metodológicos da pesquisa, agregando a esta um caráter e um rigor científico, apresentado a trajetória desenvolvida e a abordagem do trabalho. Explicitaremos um pouco desse procedimento metodológico, contudo ressaltamos que os embasamentos e contextualizações específicas serão apresentados no capítulo terceiro deste trabalho. Por fim, temos as considerações finais, destacando os principais pontos e resultados desta pesquisa.

2 CAPÍTULO 1: HISTÓRICO SOBRE VELHICE E CONCEPÇÕES DO TERMO TERCEIRA IDADE

Não fosse a lembrança da mocidade, não se ressentiria a velhice. Toda doença consiste em não se saber fazer mais o que se soube fazer outrora. Pois o velho, em seu gênero, é decerto uma criatura tão perfeita como o moço na sua.

(Georg Lichtenberg)

Este capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta um breve histórico sobre a terceira idade. O segundo apresenta os conceitos e características da velhice feminina. O terceiro aborda sobre o envelhecimento no Brasil com um subtópico sobre o ser idoso na atualidade.

2.1 Breve Histórico da Terceira Idade

Para iniciarmos esse tópico é importante destacar que o termo Terceira Idade é uma expressão recente que se popularizou, rapidamente, no vocabulário brasileiro. De acordo com Laslett (1987), essa expressão, originou-se na França com a implantação, nos anos 1970, das *Universités du Troisième Âge*. Seu uso corrente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica. A invenção da nomenclatura terceira idade é compreendida como fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice, que durante muito tempo foi considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas. Como consequência das novas tentativas de homogeneização das representações da velhice, são acionadas novas categorias em um espaço cultural.

Guillemard (1986) afirma que a terceira idade exprime metaforicamente uma nova situação. O termo não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas de um tempo privilegiado para atividades livres dos constrangimentos do mundo profissional e familiar. Com o prolongamento da expectativa de vida, é viabilizado a cada sujeito a possibilidade de vivenciar uma nova etapa relativamente longa, que pode ser usufruída como um tempo de lazer e/ou de novas aprendizagens.

Para Laslett (1987), a invenção da terceira idade indicaria uma experiência inusitada de envelhecimento, cuja compreensão não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. De acordo com esse autor, essa invenção requer a existência de uma “comunidade” com poder simbólico relevante na sociedade, demonstrando dispor de fatores como: saúde, independência financeira e outros meios que proporcionem tornar reais as expectativas de vida que essa etapa propicia à realização e satisfação pessoal.

As características próprias desta geração influenciam o modo pelo qual a mesma experimenta o processo de envelhecimento. Para Chris Gilleard e Paul Higgs (2002), o caráter geracional deste grupo específico é o fator preponderante para a definição das características desta identidade e pode, efetivamente, responder por sua descrição. Laslett (1989) afirma que a terceira idade é como uma nova identidade e busca estabelecer os seus limites, tanto como definição conceitual quanto como explicação descritiva da experiência dos sujeitos. Para tanto, o autor analisa três categorias sociológicas que poderiam contribuir para o esclarecimento do tema: classe, grupo de nascimento e geração.

Segundo os autores citados acima e utilizando a categoria de classes, pode-se entender a terceira idade como a experiência de uma determinada classe social, a dos aposentados das camadas médias urbanas, que gozam de boa saúde e que possuem uma situação financeira confortável. No entanto, mesmo que a adoção de estilos de vida e de sistemas de crenças esteja relacionada à situação econômica dos sujeitos, a transmissão de valores atrelados à classe social não é uma característica distintiva desta identidade. Portanto, para os autores, esta não seria uma explicação adequada para a identidade da terceira idade.

Adotando-se a categoria grupo de nascimento, pode-se supor que a experiência da terceira idade é equivalente ao envelhecimento de uma geração especialmente privilegiada. A consideração do grupo de nascimento é subjacente à perspectiva adotada por Gilleard e Higgs (2002), mas não é abrangente o suficiente para contemplar as

profundas transformações culturais que se difundiram pela sociedade na segunda metade do século XX. São essas transformações culturais que responderam pela transformação de um grupo de nascimento em uma geração, esta sim a categoria mais adequada para qualificar a experiência da terceira idade.

Para fundamentar uma abordagem geracional da terceira idade, os autores recorrem à definição de geração de Karl Mannheim (2002). Para este autor, o elemento que define uma geração é o compartilhamento de localização temporal, histórica e sociocultural. O grupo de nascimento é, portanto, condição necessária, mas não suficiente para que se estabeleça a experiência geracional. É a combinação entre a exposição a um conjunto determinado de experiências e a consciência de se ocupar um nicho geracional específico que constitui a base para a experiência geracional.

A geração que envelhece no final do século XX e início do século XXI e que experimenta a possibilidade de vivenciar a terceira idade possui características específicas bastante delimitadas. Debert (1999, p. 240) comenta que "os *baby-boomers* têm sido pensados como uma geração feliz". Essa geração constitui a primeira geração a receber a influência dos meios de comunicação de massa, como a televisão, e a estar exposta à cultura de consumo. Devido a essa condição histórica, se tornaram um numeroso e potente grupo social, bem como um amplo mercado consumidor de bens e serviços.

No entanto, são as características comportamentais dessa geração que se destacam como experiência cultural e podem exercer notável influência na determinação da identidade da terceira idade. As marcas distintivas desta geração são a transformação, a renovação e o desafio, em todas as esferas da vida dos sujeitos, desde a política, a cultura, até as esferas de intimidade.

Para Gilleard e Higgs (2002), o fato de que a geração atual é a primeira a envelhecer carregando consigo os valores de uma "cultura jovem", produzidos nos anos 1960, gera importantes consequências para a formação e para a caracterização da identidade da terceira idade. Do mesmo modo, esta geração seria portadora de uma consciência intergeracional que preza a liberdade pessoal, permitindo aos novos aposentados a adoção de comportamentos progressivamente mais próximos dos jovens.

De fato, as características da identidade da terceira idade podem ser tributárias, em grande parte, do caráter inovador próprio à geração. No entanto, reduzir sua caracterização à expressão da consciência geracional destes sujeitos, como o fazem Gilleard e Higgs (2002), bem como outros autores críticos de Laslett (1989), pode

significar uma desvalorização de sua importância como identidade etária no imaginário coletivo. Neste sentido, podemos considerar como critério diferenciador, no que se refere à sua definição, a relevância cultural de seu surgimento, sua capacidade de formar novas experiências subjetivas e o caráter amplo que vem adquirindo na contemporaneidade.

A redefinição de todo o ciclo da vida em função do surgimento da noção de terceira idade transforma a infância em primeira idade, a idade adulta em segunda idade, o novo período que surge em terceira idade; e a velhice nas etapas mais tardias, em quarta idade. Neste esquema, a divisão entre as diferentes etapas da vida não se dá por meio de datas de aniversário ou outros critérios biológicos, mas por meio de atividades e características específicas.

Deste modo, a primeira idade seria caracterizada como o momento da dependência, da socialização e da imaturidade, no qual as atividades predominantes dizem respeito à formação e à educação. A segunda idade seria o momento da independência, da maturidade e da responsabilidade familiar e social, no qual a criação e a manutenção de uma família e o desenvolvimento de uma profissão seriam as principais atividades. A terceira idade seria o momento da satisfação pessoal. A quarta idade seria a idade da dependência, da decrepitude e da proximidade da morte.

Uma das principais características da identidade da terceira idade, destacada por Laslett (1989), é seu caráter de invenção. Laslett (1989) foi um dos primeiros autores a propor o entendimento da terceira idade como uma nova e diferenciada etapa da vida, que se interpõe entre a idade adulta e a velhice propriamente dita. Para o autor, as mudanças demográficas e, principalmente, o aumento da expectativa de vida trouxeram transformações surpreendentes para o curso da vida e exigiram a criação de novos "mapas de vida".

Os sujeitos que atualmente vivem a terceira idade não desfrutaram, em nenhum momento de suas vidas, do que os sociólogos chamam de modelos ideais que pudessem orientar suas condutas na vivência desta etapa da vida. A experiência, as perspectivas e as suposições de seus pais e avós não podem constituir-se como guias apropriados para seu comportamento como sujeitos que vivem a terceira idade, visto se reportarem a contextos sociais que foram profundamente modificados e a condições concretas de existência – menor expectativa de vida – extremamente diferentes das atuais.

2.2 Definições, Conceitos e Características da Terceira Idade Feminina

Estudar sobre o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso, acarreta entender as diferentes terminologias para o envelhecimento. Alguns autores defendem como termo apropriado o seguinte: terceira idade. Contudo, existem estudiosos que acreditam que velhice é o que mais agrega valor ao envelhecimento biológico do ser humano.

Objetivando esclarecer o leitor sobre as terminologias do tema, e destacando que é viável o esclarecimento deste sujeito para uma reflexão própria apresentaremos nesse subtópico dados e discussões de autores que concordam com o uso do termo velhice ao invés de terceira idade.

Para Mascaro (2004), a velhice é uma fase natural da vida e não há como fugir deste ciclo. Nesta concepção, Beauvoir (1990, p. 347) afirma que só há duas alternativas, “morrer prematuramente ou envelhecer”.

Não há como determinar a idade em que uma pessoa pode ser considerada idosa. Para Mascaro (2004), essa é uma tarefa difícil, pois isso vai depender de um contexto histórico, social e de acordos sociais, onde uma pessoa pode ser considerada idosa aos 70 anos, aos 60, ou até mesmo aos 40.

A esse respeito, Mascaro (2004, p.35) destaca:

vejamos alguns exemplos: em nossos dias, uma pessoa aos 60 anos, saudável, interessada na vida, produtiva, pode ser considerada velha? Você também não conhece idosos que aos 80 anos e tantos estão integrados na família e na sociedade, satisfeitos, alegres? Mas por outro lado, quantas pessoas aos 40 ou 50 anos já estão desgastadas, doente e parecem tão velhas!

A partir do exposto acima entendemos que a velhice também é um “acordo social”, e que o mesmo depende e é variável para cada indivíduo. Contudo, sabemos que a Constituição Federal (1988) considera como idoso o sujeito que possui idade igual ou superior a 60 anos.

Beauvoir (1990, p. 349) afirma que “o envelhecimento e a velhice aparecem com maior clareza aos olhos dos outros do que aos olhos de nós mesmos”.

Ainda para Mascaro (2004), o envelhecimento do ser humano pode ser diferenciado segundo vários conceitos. A idade cronológica é marcada e caracterizada

pela data de nascimento e nem sempre a idade cronológica acompanha a idade biológica. A segunda é determinada pela herança genética e pelo ambiente no qual o indivíduo se encontra e diz respeito a mudanças fisiológicas, anatômicas, hormonais e bioquímicas do organismo.

Contudo, é claro que nós estamos em contato com pessoas que se encontram na velhice, quer seja em nossa vida familiar ou no trabalho, nos meios de comunicação (televisão, rádio), nas artes, na música. Podemos, através desse contato, nos comover, nos emocionar e aprender com suas experiências e criatividade. Há, muitas vezes, na velhice, um estereótipo, uma imagem, que por vezes são vigorosas, expressando e traduzindo tranquilidade, felicidade e sabedoria nessa fase de existência. Outras vezes, nos defrontamos com imagens tristes, sofridas, sombrias, refletindo uma situação de fragilidade, carência e sofrimento (MASCARO, 2004).

No Brasil, a expectativa de vida tem aumentado e a velhice é um tema importante, pois segundo Mascaro (2004) há um aumento do tempo de vida e uma diminuição da taxa de natalidade, dessa maneira, ocasionando um crescimento de idosos na população brasileira.

Na história e na mitologia, a velhice teve vários aspectos. Por exemplo, na mitologia grega envelhecer representava, também, um momento trágico da vida do homem. Temos também a representação da velhice quanto aos gêneros. Em outra época, a velhice idealizada e prestigiada era a que tinha representada, na maioria das vezes, por uma imagem de um homem idoso, cheio de vigor, bondade e sabedoria. Já a imagem da velhice feminina era caracterizada como um lado negativo e sombrio da vida (MASCARO, 2004).

Na idade média existia na sociedade uma identidade entre o poder patriarcal e o poder das estruturas monásticas e os jovens obedeciam e respeitavam os mais velhos, como obedeciam a Deus. A figura do pai, nessa época, era condizente com uma postura autoritária e tinha uma característica de poder. (MASCARO, 2004) Ou seja, ser velho carregava, também, o respeito, a sabedoria e a submissão.

Porém, na mesma época a velhice também era símbolo de uma decadência física e levava muitos idosos a se afastarem para mosteiros e retiros onde ficavam esperando a morte chegar. (MASCARO, 2004)

Focalizando no tema deste trabalho, idosos em casas de repouso, é relevante que o leitor tenha conhecimento de dados que se referem a mulheres idosas. Acima podemos

notar que a figura feminina teve ao longo da história um valor inferior à imagem do homem.

Todavia, segundo Mascaro (2004), a situação das mulheres idosas era mais complexa. Em seu livro, a autora traz dados do historiador Charles de la Roncière que destaca que uma mulher em Florença no ano de 1427 significava muitas vezes enfrentar a viuvez. A situação das viúvas idosas nas famílias era muitas vezes de inferioridade. O destino que aguardava essas idosas era de solidão e pobreza, e caso conseguissem abrigo na casa de um filho eram por vezes desamparadas e desprestigiadas. Dessa maneira, podemos perceber que a trajetória da velhice durante os séculos teve várias nuances. Destacaremos a partir do próximo parágrafo uma breve discussão da perspectiva da sociedade atual quanto à velhice.

A sociedade atual possui uma série de ritos que priorizam os valores, o comportamento, a aparência e a moda dos jovens. O cuidado com o corpo é enfatizado com vigor neste século, mais do que em qualquer outro período da história. Um corpo magro, ágil, saudável, e jovem é exibido com prazer nas redes sociais e no espaço social de forma geral. Dessa maneira, a velhice perde no aspecto de que ninguém quer ser velho e um dos maiores elogios para os indivíduos deste século se refere justamente em se referir a aparência jovem de uma pessoa com idade cronológica um pouco avançada.

Há uma tentativa de retardar o envelhecimento, buscando meios para que o mesmo seja retardado e prevenindo ‘mazelas’ que desgastem o organismo, alimentando e fazendo uso da indústria da beleza, do rejuvenescimento, da estética.

2.3 O Envelhecimento no Brasil

O Brasil está em franco processo de envelhecimento. Este processo de rápido envelhecimento populacional não é, naturalmente, uma característica só do Brasil, sendo compartilhado, de modo mais ou menos acentuado, por diversos países em desenvolvimento.

Os idosos representam hoje 10,2% da população brasileira, ou seja, 19 milhões de pessoas, segundo o IBGE (2000). A população idosa no Brasil aumentou duas vezes e meia a mais do que a população mais jovem, no período de 1991-2000. Até 2020 os brasileiros com 60 anos ou mais deverão somar 25 milhões de pessoas.

Inicialmente, para melhor compreensão dos termos velhice, idoso e envelhecimento, Santos (2003) faz uma reflexão em que considera o envelhecimento um processo; o idoso, um ser do seu espaço e do seu tempo; e a velhice, a última fase do processo humano de nascer, viver e morrer.

A velhice deve ser considerada a última fase de um processo chamado envelhecer, logo a velhice não é um processo e sim, um estado que caracteriza uma condição do ser humano. Há uma certa dificuldade em determinar a idade exata em que alcançamos a velhice, pois os sinais corporais variam de pessoa para pessoa, ou seja, as alterações corporais não são suficientes para determinar esse estado, considerando ainda que fatores externos auxiliam no retardamento dos sinais que surgem no corpo do ser humano ao longo dos anos. Independente da ótica discutida sobre a velhice deve-se respeitar os direitos assegurados aos cidadãos idoso. Segundo Fernandes (1997), são eles: tratamento equitativo, através do reconhecimento de direitos pela contribuição social, econômica e cultural, em sua sociedade, ao longo da sua vida; direito à igualdade, por meio de processos que combatam todas as formas de discriminação; direito à autonomia, estimulando a participação social e familiar, o máximo possível; direito à dignidade, respeitando sua imagem, assegurando-lhe consideração nos múltiplos aspectos que garantam satisfação de viver a velhice.

O conceito de idoso está diretamente relacionado com a cronologia da população. A faixa etária do idoso varia dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, conforme classificação definida pela Organização das Nações Unidas (1982). Nos primeiros, as pessoas com 60 anos ou mais são consideradas idosas já nos países desenvolvidos só são considerados idosos as pessoas com 65 anos ou mais. Não podemos considerar somente o critério cronológico para conceituar o termo idoso, é preciso também levar em consideração os fatores físicos, funcionais, mentais e de saúde, que podem influenciar diretamente na determinação de quem seja idoso. No Brasil, é considerado idoso quem tem 60 anos e mais uma vez adota a classificação unificada com base na cronologia. De acordo com Freitas (2002), existe um conceito transdisciplinar do ser idoso, que é um ser de seu espaço e de seu tempo. É o resultado do seu processo de desenvolvimento, do seu curso de vida. É a expressão das relações e interdependências. Faz parte de uma consciência coletiva, a qual introjeta em seu pensar e em seu agir. Descobre suas próprias forças e possibilidades, estabelece a conexão com as forças dos demais, cria suas forças de organização e empenha-se em lutas mais amplas, transformando-as em força social e política.

Um outro conceito que precisa ser mencionado é o de envelhecimento que é considerado um processo do organismo que manifesta alterações tanto psicológicas e biológicas quanto sociais. É nessa fase em que o ser humano apresenta rejeição à velhice, provavelmente porque esse é o período da vida que mais se aproxima da morte tornando assim a velhice um peso para a sua vida. Para algumas pessoas essa é a fase mais triste do ser humano, pois somada às limitações físicas da idade está a dificuldade de aceitar a idade cronológica. Para Karsch e Leal (1998), a velhice é considerada o período em que as pessoas podem estar em boas condições físicas e mentais, mas, algumas vezes, instalam-se limitações que podem tornar a vida diária complicada, sobretudo, pela restrição funcional para algumas ou todas as atividades básicas e instrumentais da vida diária.

Numa visão mais ampla, Paschoal (2002) propõe que o envelhecimento deve ser definido sob os aspectos biológico, cronológico e social. Do ponto de vista biológico, o envelhecimento é um processo contínuo e degenerativo que começa tão precocemente quanto a puberdade, ou mesmo, alguns acreditam que desde a criação. É na fase do envelhecimento que alterações morfológicas são reveladas com o surgimento de rugas, movimentos mais lentos, dentre outras. O aspecto cronológico do envelhecimento depende de o desenvolvimento socioeconômico de cada sociedade considerar seus membros a partir dos sinais inexoráveis de envelhecimento, com suas limitações e perdas de adaptabilidade em diferentes idades cronológicas. Já do ponto de vista social, a forma como são percebidas as características de pessoas idosas varia de acordo com o quadro cultural, com o transcorrer das gerações e principalmente com as condições de vida e trabalho a que estão submetidas as populações.

O Brasil acompanha a tendência mundial de criar categorias etárias para proceder ao seu ordenamento social. Desta forma, Silva (2006) defende que, a partir do século XIX, surgiram, gradativamente, diferenciações entre as idades e especialização de funções, hábitos e espaços relacionados a cada grupo etário, sendo que a velhice, em regra, corresponde à faixa etária a partir dos 60 anos.

Além disso, sabemos que o envelhecimento da população brasileira é um fato constatado, e que se acentuará, num breve futuro. Com o envelhecimento, esta parcela da população passa por um processo de diminuição da capacidade adaptativa; paralelamente, há um aumento de sua dependência familiar que, por sua vez, exige um cuidado especial e uma maior atenção.

Neste contexto, destaca-se uma categoria importante que é a família, entendida, segundo Bisoli-Alves e Moreira (2007, p. 196), como “uma organização complexa de relações de parentesco, que tem uma história, um passado, e que dá continuidade a essa história num presente que se dirige para o futuro.” Já a Constituição Federal de 1988 apresenta a família como base da sociedade e coloca como dever da família, da sociedade e do Estado “amparar as pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Na tentativa de ressaltar as principais características desse instituto, Petrini (2003) acrescenta que a família é o local de transmissão de valores éticos que orientam a vida do indivíduo – com sentido inicial de acolhimento, depois de pertença, culminando com a reciprocidade – e o insere em ciclos maiores de convivência, como a comunidade e a sociedade.

Deste mesmo cunho, soma-se a importante consideração feita por Debert & Simões (2006, p.1.366)

Tratar do idoso e da família é atravessar o fogo cruzado de visões ambivalentes e contraditórias sobre o que são envelhecimento adequado e qualidade de vida na velhice. A tendência dos enfoques baseados na reflexão sobre a condição dos velhos é considerar que a troca e a ajuda mútua no interior da família nuclear garantiram, ao longo da história, a sobrevivência e o bem estar dos idosos e que, portanto, é dos filhos que todos esperam cuidados e amparo na velhice.

O processo de cuidar do idoso em contexto domiciliar pode desencadear o aparecimento de limitações na vida cotidiana do cuidador, com conseqüente risco à sua saúde e bem-estar, como, por exemplo, cansaço, depressão, conflitos com o cônjuge, aumento dos problemas econômicos, entre outros. (GONÇALVES et al., 2006).

Outro aspecto relevante está relacionado com a flexibilidade dos papéis sociais desempenhados pelos gêneros masculino e feminino, o que fez com que a família, que na Antiguidade sempre teve o papel de assumir a assistência ao idoso, fosse sendo redesenhada, ganhando novos contornos com a recomposição dos núcleos familiares. Leme e Silva (2002) nos alertam para uma mudança radical com relação ao número de filhos, pois, segundo eles, com essa progressiva diminuição do tamanho das

famílias, é de se esperar que o abandono dos idosos seja uma situação que venha a se transformar numa verdadeira epidemia mundial nas próximas décadas.

Nos dias atuais, o perfil social da família apresenta mudanças, hoje é considerado família, em sua maioria, pais e filhos, e às vezes mães e filhos, sem espaço para a figura dos avós. A presença de um idoso em casa requer maiores cuidados, como por exemplo, manter o ambiente seguro evitando deixar espalhados objetos pelo chão, utilizar barras de apoio no banheiro prevenindo assim quedas, dentre outras medidas de segurança. Diante desse quadro muitas famílias optam por internar os idosos em lares ou abrigos.

De acordo com dados do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2004, 108 mil idosos foram internados em decorrência de violência ou acidente, sendo que 3% desse total correspondem a agressões físicas, geralmente por falta de cuidados por parte dos familiares.

O abandono material e moral caracteriza-se pelo descumprimento dos deveres de assistência material e moral. E, determinadas condutas, por sua gravidade, são tipificadas como crime e sancionadas com penas privativas de liberdade, na Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), como, por exemplo, “deixar de prestar assistência ao idoso” (artigo 97), “abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres” (artigo 98), “expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes” (artigo 99), havendo, ainda, agravantes em caso de lesão corporal grave ou morte do idoso.

Contudo, há um abandono afetivo. Este tipo abandono pode ser caracterizado pela ausência dos familiares, pela falta de carinho destes para com seus idosos. Muitas vezes, os familiares acreditam que o ato de pagar acompanhante supre este problema. (MEIRELES, 2004)

Conforme o art.3º do Estatuto do Idoso, a responsabilidade entre pais e filhos vai além da obrigação legal de natureza material (pecuniária). Há inúmeros casos de filhos que deixam seus pais em instituições para idosos com a promessa de que irão retornar, mas nunca mais o fazem. Esses idosos acabam sendo privados da convivência familiar, tudo a consubstanciar uma afronta ao dever de assistência afetiva.

A institucionalização do idoso é outra conduta adotada pela família deste, é visto socialmente como uma omissão da família de sua responsabilidade. Assim, Camarano (2008) constata que, em geral, as famílias que decidem pela

institucionalização de seus idosos são vistas como praticando o abandono e tendem a experimentar forte sentimento de culpa.

As justificativas mais frequentes para que os familiares tomam essa decisão, segundo os estudos de Araújo (2003) são as seguintes: o descuido do familiar para com o idoso; a inadequação de moradia; a falta de pessoas para ajudar no cuidado; escassos recursos financeiros; inacessibilidade aos recursos comunitários, incluindo os de saúde e o padrão de relacionamento entre os membros da família, na maioria das vezes excluindo o idoso do convívio familiar.

3 CAPÍTULO 2: FAMÍLIA E ABANDONO

*Eu é que não me sento
No trono de um apartamento
Com a boca escancarada
Cheia de dentes
Esperando a morte chegar
(Raul Seixas)*

Neste capítulo apresentamos uma breve discussão sobre a família e o abandono do idoso no Brasil. Inicialmente, contextualizamos a família em seu papel e em sua função na sociedade, buscando entender qual a real conjuntura desse campo social. Em seguida, discutimos sobre a questão do abandono e quais as modalidades de abandono, desmistificando a ideia de que abandonar é somente deixar de fora a presença do corpo do sujeito, ou seja, tirá-lo de um ambiente ‘familiar’.

É possível que possamos conjecturar que o abandono é comum na velhice tendo em vista que é uma etapa da vida onde surgem maiores limitações e fragilidades. Contudo, analisamos como importante a reflexão feita nesse capítulo, objetivando a compreensão da família e do abandono com sujeitos que se encontram na etapa da velhice.

3.1 Breve Histórico da Família no Brasil: Sua Função Social e Formativa

A entidade família tem passado por diversas crises na história da humanidade. As famílias estão em formações muito adversas e variáveis. As famílias, além de produzirem novos seres humanos, repassam para esses indivíduos os seus hábitos, costumes e valores (BOEHES, 1994).

A história da humanidade, assim como os estudos antropológicos sobre os povos e culturas antigas, esclarece sobre o que é família. Mostra como foram, e são hoje ainda, variadas as formas sob as quais as famílias evoluem, se modificam, assim como

são diversas as concepções do significado social dos laços estabelecidos entre os indivíduos de uma sociedade atual.

Segundo Prado (1981), “Família” no sentido popular significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas do mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção.

Assim, observa-se que a família desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos indivíduos, por ser um dos primeiros contextos em que se inicia o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo. É dentro dela que se estabelecem as primeiras relações com as outras pessoas e que se começa a desenvolver uma imagem de quem se é e do mundo em que se vive e convive. (MUSITO; CAVA, 2001).

A família é vista como a base da sociedade, portanto, a família é uma das instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como a maior potência no desenvolvimento, no crescimento físico, intelectual, emocional e social.

Podemos definir a família como um grupo de pessoas em interação, um grupo primário, de convivência com relações de parentesco e com uma experiência de intimidade que se prolonga no tempo (BOEHES, 1994).

O homem é um ser social e nesse sentido ele precisa viver com outros homens para que possa desenvolver suas habilidades e suas necessidades básicas como trabalho, criatividade e afeto. A família é um núcleo de pessoas aparentadas que possuem laços de sangue.

Embora a família não seja o único agente de socialização, ela influi de um modo direto na vida das pessoas, pois é ela quem desenvolve no indivíduo um sistema de valores, atitudes, crenças, reportados aos aspectos mais importantes da vida, protegendo a intimidade dos seus membros, mantendo os estranhos a uma distância considerável e atenuando as mudanças sociais, criando um marco espacial e temporal que facilita a assimilação das mudanças externas pelo indivíduo.

A família constitui o alicerce da sociedade e, assim, é um dos principais contextos de desenvolvimento dos indivíduos, e, apesar da existência do debate em torno do papel atual da família e da sua composição heterogênea, ela permanece como o elemento-chave na vida e desenvolvimento da criança. Neste sentido, a escola deve sempre considerar a família nas decisões mais importantes respeitantes à criança.

A família tem um papel imprescindível na vida de seus filhos; é onde acontece o desenvolvimento das primeiras habilidades, os primeiros ensinamentos através da educação doméstica na qual o filho aprende a respeitar os outros, a conviver com regras que foram criadas e reformuladas no decorrer da formação da sociedade.

Ainda segundo o conceito de família, Beltrão (1989, p.17) afirma que ela vem sendo considerada como:

grupo social no qual os membros coabitam unidos por uma complexidade muito ampla de relações interpessoais, com uma residência comum, colaboração econômica e no âmbito deste grupo existe a função da reprodução.

Dessa maneira, entendemos que a família é, também, um grupo social e que cresce a partir de um contexto que envolve cultura, costumes e hábitos. Por isso, os conceitos e conjunturas familiares podem mudar de acordo com o meio social no qual estão inseridas.

Contudo, é sabido pelo senso comum que, por muito tempo, a família foi considerada como uma forma estática, sem possibilidade para outros arranjos familiares. Entretanto, a partir de vários estudos da sociologia e observando a própria sociedade notamos que estamos em constante evolução. Nosso aparato tecnológico viabiliza a difusão rápida das informações e a sociedade evolui de maneira rápida. E com isso, é comum notar que a família como parte de um corpo social também evolui e se desenvolve.

A família, segundo Pereira (2004, p. 04):

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento.

É notório que o desenvolvimento e, conseqüentemente, a mudança que caracterizara, de modo significativo, o mundo atual, não exclui a família (MOORE, 1967). Embora seja considerada uma das “instituições” mais persistentes no tempo, a mudança social influencia ampla e fortemente na família, arrastando-a desde os processos da industrialização e urbanização para novas realidades, às quais tem procurado se adaptar. (SARACENO, 1976)

Contudo, é importante destacar a visibilidade que a família assume na sociedade, além do que também esta procura ajustar as instituições às exigências e necessidades familiares. Frente a estas condições sociais e culturais não se pode falar de influências únicas, mas sim recíprocas, entre a família e a sociedade, ou seja, à medida que a sociedade influencia a família ela também é influenciada.

A família tem sido vista como tema central na vida da sociedade, no nosso século. Principalmente pelo surgimento de novos arranjos familiares que causam discussões polêmicas entre os indivíduos. As várias propostas, assim como a dinâmica da própria família e dos instrumentos que aquela possibilita à sociedade, são pertinentes para remover obstáculos, dificuldades institucionais que muitas vezes se opõem à evolução, ao desenvolvimento e à realização plena e concreta da vida familiar.

A família exige, estimula e influencia os diversos deveres e obrigações que a sociedade tem para consigo. A família sofreu as mudanças ao longo da história das sociedades, procurando se adaptar e se estruturar em função das novas realidades, e dos novos problemas. Mas, efetivamente, e reciprocamente a sociedade e a família se estruturaram e se adaptaram às suas funções, respondendo às novas realidades tanto estruturais, como, também às funcionais da família.

Atualmente, a família, segundo Dias (2000, p.89),

se encontra numa situação onde, normalmente, a antiga tradição, orientação e estrutura não desaparecem de todo, mas onde também as novas dinâmicas não estão totalmente presentes, claras e efetivamente influentes. Continua uma situação flutuante na influência entre mudança social e familiar. Por vezes, parece ser a mudança social a predominar e a modificar a família. Outras vezes, parece o contrário, ou seja, a família que determina, guia e orienta a mudança social.

O discurso de Dias (2000) é evidente em nossa sociedade a partir das discussões sobre as novas propostas para a família. Tais possibilidades tramitam tanto na sociedade civil, como também no âmbito jurídico buscando dar apoio para outros arranjos familiares.

Para tanto, é importante que entendamos os conceitos e evoluções da família dentro de nossa sociedade para que possamos compreender o universo que cerca o

nosso objeto de pesquisa, e desta maneira entender com maior profundidade a temática apresentada.

3.2 Família e Abandono da Pessoa Idosa

Nesse subtópico apresentamos, com maior ênfase, a questão do abandono à pessoa idosa. A família, como discutida e refletida no tópico anterior, é um campo que se transforma e evolui, também, a partir dos arranjos sociais. O abandono, segundo a Constituição Federal de 1988, é crime, uma vez que a pessoa idosa, algumas vezes, é entendida como incapaz de certas atividades na sociedade.

Em complemento à Constituição Federal, o Código Penal afirma em seu artigo 133 que:

Art. 133 Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:
Pena - detenção, de seis meses a três anos.
§ 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave:
Pena - reclusão, de um a cinco anos.
§ 2º - Se resulta a morte:
Pena - reclusão, de quatro a doze anos.
Aumento de pena
§ 3º - As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço:
I - se o abandono ocorre em lugar ermo;
II - se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.
III - se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003). (BRASIL, 1998)

Podemos notar que a lei ampara, entre outros sujeitos, a pessoa idosa. Ainda no contexto da lei se observa que há uma punição para a prática do abandono. O inciso três e parágrafo terceiro desta lei aponta para uma conquista social, uma vez que inclui o idoso a partir da lei que ficou denominada como Estatuto do Idoso (lei nº 10.741/03).

Todavia, o abandono do sujeito na velhice pode se dar de diversas formas. Quando destacamos o termo citado anteriormente, é comum o senso comum de imaginar que o abandono é apenas físico, ou seja, se constitui da ausência da família.

Porém, não é apenas o esquecimento físico, mas também o distanciamento referente a cuidados como proteção, alimentação e socialização, além de um abandono afetivo.

É importante destacar que o afeto tem um valor constitucional, embora não esteja explícito na Constituição Federal. Alguns autores, como Lôbo (2000), destacam que a afetividade familiar se projetou no campo jurídico-constitucional a partir da interpretação que a família é um grupo social que tem suas raízes essenciais em laços de afetividade.

Dessa maneira, o descuido com os laços afetivos também torna-se uma modalidade de abandono à pessoa idosa. A ausência de afetividade nas relações humanas pode gerar inúmeros problemas de cunho psíquico, social e moral. De acordo com Rodrigues (2005, p.775):

O convívio e relacionamento entre as pessoas, além de ser intrínseco à sua formação, ao seu desenvolvimento, e, portanto, ao próprio envelhecimento, são fatores imprescindíveis à maturação física e psíquica do ser humano; ao falar-se em convívio e relacionamento, há que se realçar que eles se apresentam em diversos setores da vida, tais como na família, na comunidade, no trabalho, enfim, na sociedade em geral.

A velhice é uma fase da vida que requer cuidado como todas as outras. A pessoa idosa precisa ser assistida afetivamente e socialmente. Os laços familiares contribuem para um bem-estar desse sujeito.

Nessa idade o indivíduo ainda pode contribuir ativamente com a sociedade, uma vez que, geralmente, tem diversas experiências de vida que podem proporcionar aos mais jovens um aprendizado e uma construção de vínculos. É de senso comum acreditar que o idoso é inservível à sociedade. Porém, devemos lembrar que essa fase da vida deve ser vivida com dignidade.

Abandonar o idoso em qualquer das perspectivas citadas acima se constitui em crime, além de causar danos, muitas vezes irreparáveis, ao sujeito. A respeito do viés jurídico destacamos que a ação por danos morais devido ao abandono afetivo do deverá ser evidente, comprovando-se a inexistência do afeto, sentimento este que deveria fazer parte das relações familiares.

Uma vez que há o descaso afetivo e social com o idoso, pode-se entender que o(s) praticante(s) dessa ação não se preocupam com o bem-estar, e com a integridade

física e psíquica do indivíduo, pois se existissem esses laços sociais e afetivos possivelmente as ações não teriam esse desfecho e, provavelmente, a situação não chegaria a tal ponto.

Descuidar do idoso se constitui crime, como já citado acima, contudo o que se podemos conjecturar como maior agravante são os danos psíquicos e psicológicos causados pelo descaso. Esse tipo de abandono também gera um violência contra o idoso, e nesse campo da violência familiar contra o idoso temos discussões e estudos que se desenvolvem no âmbito nacional e internacional e se destacam como sendo a forma mais comum de abuso contra os idosos.

Entre esses descasos, se constatou nos estudos que a negligência é mais presente no contexto doméstico do que no plano institucional, resultando, diversas vezes, em lesões e traumas físicos, emocionais e sociais para o idoso (BRASIL, 1994)

No Brasil esta discussão acerca do abandono tomou força somente com o Estatuto do Idoso em 2003. A partir de sua publicação e divulgação foi que começaram a surgir as denúncias de violência, com certa dificuldade, por conta de falta de local específico e até mesmo de informações mais concretas para tratar a denúncia exclusiva do idoso, fato importante para a construção da cidadania em um ambiente democrático.

Minayo (2004, p. 02) aponta a definição de maus tratos da seguinte maneira: “o maltrato ao idoso é um ato (único ou repetido) ou omissão que lhe cause dano ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança.”

Para uma aproximação com as legislações vigentes, acrescentamos a nossa discussão do artigo segundo da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) que aponta o abandono, de uma maneira geral, como crime:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se por lei, assegurando-se, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2013, p. 01).

Podemos observar que a relação que se constrói sobre a questão do abandono e do descaso com o idoso no país não se resume apenas ao contexto de sua satisfação de necessidades habituais. Mas, na perspectiva do legislador, que, não basta o sobreviver, o

idoso tem, dentre as suas diversas prioridades básicas, elementares, atividades mais específicas, como: a socialização e o afeto, que se diferem, por exemplo, das necessidades infantis.

Essas necessidades mais específicas advêm com o avanço da idade, uma vez que com o passar do tempo o idoso tende a adquirir uma série de dificuldades que, muitas vezes, são reflexos da rotina que levava na juventude e na idade adulta, com afazeres ligados ao trabalho e aos estudos.

Grande parte dessas tarefas são em busca de um melhoramento para a qualidade de vida dos filhos, da esposa e da família. Todavia, alguns idosos quando se sentem limitados pelas deficiências, sentem também um descaso por parte da família (BRASIL, 2013).

Entretanto, o Estatuto do Idoso é o dispositivo jurídico e legal para a proteção do idoso. O Estatuto “regula os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos”, com previsão de pena pelo seu descumprimento.

A grande ênfase que se destaca sobre o Estatuto é devido ao fato de que o idoso, muitas vezes, é uma pessoa frágil diante de seus parentes, cuidadores, e sociedade, tornando-se vulnerável aos maus tratos.

Outro ponto importante referente aos maus tratos é acerca da população idosa, que segundo estudos é uma população que vem aumentando nas últimas décadas. Para Veras (2003), tem ocorrido não apenas no Brasil, mas também em muitos outros países, um dos fenômenos típicos da velhice que é a feminização, que também foi encontrada neste estudo com um percentual de 52,0%, fato relacionado à falta ou pouca ocorrência de vícios entre as mulheres, o cuidar melhor da saúde e talvez até a existência de programas de saúde voltados para as mulheres.

O aumento do sexo feminino pode ter uma relação direta com a maior porcentagem de abandono chegando a um número superior a 70% no que se refere à categoria de abandono familiar. Na categoria que aborda sobre a violência familiar o número é de aproximadamente 45,4% e considera que a mulher é, fisiológica e anatomicamente, mais frágil.

Sá (2004) afirma que em relação à escolaridade, o perfil atual da população idosa brasileira é analfabeta, os índices apontam para a existência de cerca de 5,1 milhões de analfabetos veteranos no país. Este número considera, também, os que têm ensino básico incompleto e são considerados analfabetos funcionais correspondem a 59%.

Um resultado convergente foi detectado por esta pesquisadora com 90,0% dos voluntários com menos de 4 anos de estudo e nem um com mais de 8 anos de estudo, resultado que pode estar relacionado ao fato de ser uma população em sua maioria feminina, ou pela idade estar com 60,0% entre 71 e 80 anos, onde a realidade de vida e de estudo era bem diferente de hoje, que o trabalho está relacionado ao estudo.

A partir das reflexões e discussões apresentadas nesse tópico, podemos ter uma maior aproximação das estruturas que rodeiam este trabalho. Analisamos inicialmente nesse capítulo a conceituação da família no seio da sociedade. Entendemos que os conceitos que nos rodeiam são “invenções” sociais, ou seja, são acordos elaborados que têm uma concordância comum por boa parte da sociedade. Dessa maneira é que se constroem os conceitos e, partindo disto, elaboramos uma breve discussão sobre a família na sociedade atual. Em seguida, procuramos entender e analisar a família como um espaço social e formativo que contribui na formação do sujeito. Por último, e com maior ênfase, abordamos sobre a questão da família e do abandono do idoso. Observamos que o senso comum de abandono não supre todas as categorias de descuido com o idoso. Nesse tópico, também, nos aprofundamos nas legislações vigentes a respeito do idoso, além de destacar a feminização da velhice como sendo um fator que contribui para o abandono e, algumas vezes, culmina na violência familiar.

Analisando a ideia geral do capítulo podemos ter uma ligação e uma breve reflexão a respeito dos dois últimos tópicos quando buscamos entender a família como um ambiente social e de formação e ao mesmo tempo como um ambiente de descaso de abandono.

Por último, destacamos que as legislações vigentes (Constituição Federal e Estatuto do Idoso) significam um grande avanço na sociedade, uma vez que tem o objetivo de proteger o idoso e tem buscado suprir todas as brechas possíveis conforme podemos observar no subtópico segundo deste capítulo.

Como já citado sobre as legislações podemos entender as mesmas como um avanço social e político no amparo ao cidadão da terceira idade. A regulamentação que é descrita no estatuto do idoso destaca desde o atendimento na rede de serviços públicos até o aprimoramento de suas condições de vida e assegura, além do citado anteriormente, direitos de liberdade, dignidade, integridade, educação, saúde, meio ambiente de qualidade, sendo dever da família, da sociedade e do Estado fiscalizar e garantir esses direitos.

Tal estatuto garante os direitos fundamentais da pessoa idosa, sem prejuízo, dos direitos garantias e proteções destacadas em outras legislações, sendo mais um documento que busca garantir o bem estar individual e social desses indivíduos.

4 CAPÍTULO 3: PESQUISA DE CAMPO: lócus, sujeitos, relações e conceitos.

Montado num cavalo ferro.

(Ricardo Bezerra e Fagner)

4.1 Desvelando o Lócus da Pesquisa

Este subtópico tem por objetivo apresentar ao leitor o lócus desta pesquisa. A Casa de Nazaré é localizada na Rua Padre João Piamarta, 465 – Bom Futuro, Fortaleza-CE. É uma instituição filantrópica sem fins lucrativos e de utilidade pública dirigida pela Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo de Fortaleza.

Fundada oficialmente em 15 de novembro de 1941, conforme apresentado na Figura 01, o objetivo, conforme idealizaram seus fundadores Sandulfo Chave e irmã Mariana Vasconcelos, membros da companhia Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, era “abrigar em suas dependências senhoras de terceira idade, carentes e desamparadas, oferecendo-lhes conforto, lazer, assistência médica e moradia.” (CASA DE NAZARÉ, 2015).

Figura 01: Casa de Nazaré em 1941



Fonte: Site da Instituição, 2015.

A casa possuía algumas formas de arrecadação de verba, que consistiam em trabalhos manuais, feitos pelas próprias idosas. Esses trabalhos tinham uma via de mão dupla. Primeiramente eles faziam parte do conjunto de atividades que essas senhoras tinham na época e em um segundo plano eram vendidos com o objetivo de arrecadar dinheiro para promover o bem estar na casa.

Figura 02: Formas de Arrecadação



Fonte: Site da Instituição, 2015.

Atualmente a Casa de Nazaré atende 39 mulheres com 60 anos ou mais e possui uma melhor estrutura do que a inicial (1941) apresentada nesse pequeno levantamento histórico. Além disso, possui atividades que objetivam o bem-estar das idosas atendidas,

contando com atividades físicas, fisioterapia, oficinas de artes manuais, esclarecimentos do Estatuto do Idoso, terapia com cães, dentre outras.

Figura 03: Fachada da Casa de Nazaré em 2003



Fonte: Site da Instituição, 2015.

4.2 Os Sujeitos Participantes da Pesquisa

Este tópico tem por objetivo apresentar, descrever e realizar uma breve reflexão sobre alguns aspectos dos sujeitos inseridos nesta pesquisa. A presente pesquisa contou com a participação de cinco sujeitos que serão descritos a seguir:

- 1) A primeira senhora entrevistada neste trabalho será nomeada de Azaléia, do sexo feminino, nascida em Março de 1940, na cidade de Fortaleza. Seu estado civil é solteira, e tem grau de instrução analfabeta. Azaléia foi para a instituição por vontade própria e é residente há mais de um ano. Ela também afirmou que já morou em outra Instituição de Longa Permanência.

- 2) A segunda senhora entrevistada neste trabalho será nomeada de Acácia, do sexo feminino, nascida em Março de 1951, na cidade de Fortaleza. Seu estado civil é solteira, e tem grau de instrução analfabeta. Acácia foi para a instituição porque saiu de outra, porém não quis falar sobre as motivações que a fizeram sair. Acácia é residente na instituição há 4 meses.

- 3) A terceira senhora entrevistada neste trabalho será nomeada de Dália, do sexo feminino, nascida em Março de 1926, na cidade de Fortaleza. Seu estado civil é solteira, e tem grau de instrução analfabeta. Dália afirma que foi para instituição porque se sentiu sozinha, disse que o pai e a mãe faleceram. Diz que cuidou da mãe até a morte, e que também tem uma irmã e dois sobrinhos. Dália reside na instituição há 27 anos.

- 4) A penúltima senhora do presente trabalho foi nomeado de Camélia, do sexo feminino, nascida em Janeiro de 1925, na cidade de Fortaleza. Seu estado civil é casada, e seu grau de instrução é nível fundamental. Camélia disse que foi para a instituição porque a irmã a levou depois da morte do esposo. Camélia, reside na instituição há um ano e dois meses.

- 5) A última senhora da pesquisa foi nomeada de Gardénia, do sexo feminino, nascida em Agosto de 1936, na cidade de Martinópolis. Seu estado civil é solteira, e seu grau de instrução é nível médio completo. Gardénia afirma que foi para a instituição por estar com problemas de saúde. Gardénia reside na instituição há três meses.

A partir da descrição de cada sujeito participante da pesquisa elaboramos o quadro abaixo com o objetivo de apresentar os dados de maneira mais sucinta e direta.

Quadro 01: Síntese de Dados Pessoais.

		Data de Nascimento	Naturalidade	Estado Civil	Grau de Instrução	Motivo de estar na Instituição
1)	Azaléia	1940 (75 anos)	Fortaleza	Solteira	Analfabeta	Vontade própria.

2)	Acácia	1951 (64 anos)	Fortaleza	Solteira	Analfabeta	Transferência de outra instituição
3)	Dália	1926 (89 anos)	Fortaleza	Solteira	Analfabeta	Morte dos pais; e sentimento de solidão
4)	Camélia	1925 (90 anos)	Fortaleza	Casada	Ensino Fundamental Completo	Morte do esposo
5)	Gardénia	1936 (79 anos)	Martinópole	Solteira	Ensino Médio Completo	Problemas de Saúde

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Podemos perceber, a partir das descrições apresentadas que cerca de 60% das idosas não conseguem ler e escrever. Além disso, notamos também que 80% são solteiras, e ressaltamos que isso são fatores relevantes no convívio social desses sujeitos, pois a união conjugal pode gerar filhos, noras, netos, bisnetos, e assim por diante, constituindo uma segregação familiar.

No tópico a seguir, apresentaremos os dados obtidos sobre a família das idosas entrevistadas, ressaltando tópicos considerados importantes nos discursos pesquisados.

4.3 Como Eram as Relações Familiares Dessas Idosas Antes da Institucionalização

Nesse tópico será aprofundado sobre a relação familiar de cada um dos sujeitos da pesquisa. Apresentaremos os discursos citados na entrevista seguido de uma breve reflexão sobre os mesmos.

Ao ser interrogada sobre o contato mantido com a família. Vejamos o relato de cada uma das idosas:

“É muito difícil, depois de um mês eu liguei pra minha irmã, mas a ligação caiu e não falei mais com ela. O filho dela ficou de passar aqui mas não passou.” (Azaléia)

“Não tenho contato nenhum.” (Acácia)

“Nenhum, não.” (Dália)

“Eu vivia com uma sobrinha. Eu gostava dela, mas depois que minha mãe morreu eu vim pra cá.” (Camélia)

“Não, minhas irmãs são doidas.” (Gardénia)

É notório no discurso dos sujeitos o aspecto do abandono familiar. As idosas atualmente não têm contato algum com a família. Contudo algumas relatam alguns laços familiares distantes. Podemos, também, caracterizar como violência o abandono, tendo em vista que a própria Constituição Federal em seu capítulo VII e artigo 226, apresenta providência a respeito da família, da criança, do adolescente e do idoso. Além da Constituição Federal, o Código Penal em seu artigo 133 prevê como crime o abandono de incapaz. Dessa maneira, o abandono também pode ser caracterizado como um tipo de violência.

O abandono familiar também consiste em outra categoria de abandono denominada como abandono afetivo. Segundo Meireles (2004), este tipo abandono pode ser caracterizado pela ausência dos familiares, pela falta de carinho destes para com seus idosos. Muitas vezes, os familiares acreditam que o ato de pagar acompanhante supre este problema.

Contudo, entendemos que a instituição é composta, também, por sujeitos que interagem e convivem cotidianamente. Dessa maneira, é como se fosse uma “segunda família”, ou seja, é um conjunto de indivíduos que convive em laços de afetividade. Por isso, apresentaremos abaixo um quadro com o breve discurso das idosas a respeito da sua relação com as outras residentes, e também na sua relação com a participação das atividades da instituição.

Quadro 2: Relações na Instituição.

	Como é a sua relação com as outras residentes?	Participa das atividades da instituição? Quais?
Azaléia	<i>É muito boa, converso com todas. Nós também fazemos algumas “coisas” (atividades) juntas.</i>	<i>Sim. Educação física e terapia com cães.</i>

Acácia	<i>Não muito boa, só converso com uma.</i>	<i>Gosto muito.</i>
Dália	<i>Me dou bem com todas elas. Moramos aqui e acho que vamos morrer aqui então é melhor que a gente se dê bem.</i>	<i>Não. Tenho platina na perna.</i>
Camélia	<i>Não tenho relação com elas. Elas não conversam comigo.</i>	<i>Sim. Não lembro.</i>
Gardênia	<i>Muito boa. Nunca briguei com ninguém.</i>	<i>Sim. Não lembro.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o discurso apresentado no quadro acima, observamos que só três das idosas entrevistadas não tem relação, ou tem pouca relação com as outras residentes. Esse fator configura, ainda mais, o aspecto de solidão. Todavia, é perceptível que essas idosas têm algum contato social, sendo este um fator importante para o bem estar do sujeito, pois quando foram indagadas sobre as atividades, notamos que as que afirmaram não ter boas relações, afirmam participar das atividades.

Assim, é possível conjecturar que há uma relação social entre as residentes. É importante ressaltar mais uma vez que a instituição tem um leque de atividades que buscam dar uma melhoria de vida para as idosas. Dentre as atividades temos: atividades físicas, fisioterapia, oficinas de artes manuais, esclarecimentos do Estatuto do Idoso, terapia com cães, dentre outras (SITE DA INSTITUIÇÃO, 2015).

Figura 4: Atividade Fisioterápica



Fonte: Site da Instituição, 2015.

Figura 5: Atividade Física



Fonte: Site da Instituição, 2015.

Figura 6: Atividade de Artes Manuais



Fonte: Site da Instituição, 2015.

Figura 7: Terapia com Cães



Fonte: Site da Instituição, 2015.

4.4 Conceitos Sobre a Velhice, a Família e Abandono

Neste último tópico destacamos sobre as concepções das idosas da Casa de Nazaré a respeito da velhice, da família e do abandono. É importante destacar que o conceito de abandono não foi relatado. A pergunta foi feita, mas todas as idosas, não souberam e/ou não quiseram comentar. A respeito da velhice, perguntamos sobre as expectativas de vida futura.

Podemos notar que as idosas não falaram sobre a pergunta apresentada anteriormente. Cabe ressaltar que a pergunta foi reelaborada e mesmo assim não obtivemos resposta, deixando se configurar um tipo de medo, receio de se expor.

Segundo Dalgalarrodo (2006, p. 109), o medo é:

um estado de progressiva insegurança e angústia, de impotência e invalidez crescentes, ante a impressão iminente de que sucederá algo que queríamos evitar e que progressivamente nos consideramos menos capazes de fazer.

Desta maneira, conjecturamos que as idosas tinham insegurança e por que não dizer uma certa angustia para abordar a temática da pergunta. A resposta, poderia ser óbvia, mas o medo, a insegurança e a impotência foram fatores mais fortes, implicando no desprezo a resposta da questão.

Outro ponto que acrescentamos nesta discussão é a respeito do abandono, sendo este o motivo principal e expressivo de institucionalização. De acordo com Casara (2009), este estado emocional surge em razão de a pessoa estar afastada fisicamente da família ou das pessoas do seu convívio próximo, isto é, está privada de suas relações de afeto, levando a sensações de solidão e desamparo pelo isolamento social e emocional.

Apresentamos a seguir o relato sobre os conceitos de família e velhice.

Quadro 3: Conceitos de Família, Velhice e Abandono.

	Conceito de família	Expectativa para a velhice
Azaléia	<i>Não sei.</i>	<i>Morrer. Nessa idade eu não posso mais esperar nada.</i>
Acácia	<i>Morreu tudo. (falou com muita mágoa)</i>	<i>Tenho fé que ainda vou casar.</i>
Dália	<i>A minha família são as idosas daqui.</i>	<i>Nada. Só esperar o dia que o pai quiser.</i>
Camélia	<i>A minha família são essas aqui. (se referindo as idosas da instituição)</i>	<i>Gozar minha saúde.</i>
Gardénia	<i>Não tenho contato.</i>	<i>Eu já tive um companheiro e ele morreu. Eu queria mesmo era encontrar outro.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

É relevante destacar o relato de duas idosas a respeito do conceito de família, quando elas remetem à genealogia familiar para as outras residentes. Isso enfatiza o que

foi apresentado no tópico anterior a respeito da construção familiar. Notamos, também, que ainda há uma expectativa, e isso se torna um fator que pode causar bem estar nessas idosas.

A família, de acordo com Bisoli-Alves e Moreira (2007), pode ser conceituada como uma organização complexa de relações de parentesco, uma instituição historicamente condicionada, cuja tarefa primordial é cuidar e proteger os seus membros. Ocorre que, no decorrer da história, ela vem sofrendo mudanças em sua dinâmica cotidiana, de tal sorte que ela não está conseguindo realizar integralmente esta tarefa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velhice na atualidade é um fenômeno relevante. É perceptível o crescimento da população idosa no Brasil e no mundo. Contudo, esse aspecto se revela e se molda de acordo com a cultura social de cada país. À medida que essa população aumenta, surgem questionamentos fundamentais para essa faixa etária, que circundam o campo da assistência social e da saúde para esses indivíduos.

Na sociedade contemporânea o valor social do indivíduo é mensurado a partir de sua produtividade e nesse sentido a juventude ocupa um lugar de destaque. Em consequência da ocupação deste lugar social reflete diretamente nos cuidados e amparos à pessoa idosa. Esta, muitas vezes, é colocada à margem do convívio social, refletindo na grande ocupação das Instituições de Longa Permanência.

A postura familiar também vem mudando com respeito a este aspecto. Os indivíduos têm cada vez mais atribuições diárias que consomem todo o seu tempo, e acabam optando por abandonar as pessoas de maior idade. Não há tempo para se dedicar a um cuidado social, afetivo e moral para estes sujeitos, resultando, muitas vezes, no abandono familiar.

No presente estudo se buscou compreender, entender e refletir sobre o abandono dos idosos. O lócus da pesquisa foi a Casa de Nazaré, localizada em Fortaleza-CE. Constatamos, de acordo com as entrevistas e observações realizadas, que a questão do abandono é evidente. Notamos também que na conceituação de família é comum o discurso de que o contexto familiar delas são as outras idosas da casa, dando embasamento para afirmar que a família é, também, uma construção social que é fundamentada nos laços de afetividade e de proximidade.

Nesta pesquisa, percebemos que algumas idosas foram deixadas na instituição pela família que nunca mais voltou, nem sequer, para visitar. Ou seja, torna-se claro o aspecto do abandono familiar. Tal aspecto foi discutido e analisado em alguns tópicos surgindo como fator causador de problemas futuros ao bem estar dos sujeitos. Contudo, o abandono familiar é minimizado nas instituições com os laços afetivos e de amizade que os sujeitos têm entre si. Apesar de alguns relatos darem conta de que uma idosa não se relaciona com as outras, temos a contrapartida de sua participação em atividade que

envolvem direta e/ou indiretamente a socialização, estimulando os laços afetivos e a construção de amizades.

Por vezes, parece-nos contraditório se um sujeito que está na juventude e participa ativamente na formação social, cultural e intelectual de outras pessoas no seio familiar, ele é acolhido. Contudo, o que acontece com esse mesmo sujeito na fase da velhice é ambíguo ao que se propõem anteriormente. Precisamos analisar esses fatos e aprofundar as discussões pois o que temos nesse desencontro é um descaso com a velhice, ou seja, um descaso para uma maioria de nós, uma vez que entendemos que a sociedade envelhece, e que grande parte dos sujeitos chegaram à velhice.

Todavia, norteamos que a sociedade deve aceitar o idoso dentro de um contexto social amplo e familiar. Deve considerar suas vivências, experiências, trajetórias de vida e formação. Cabe à família proporcionar e fortalecer os laços de união, valorizando a singularidade de cada sujeito, assim proporcionando um melhor bem estar e uma existência sadia.

Essa etapa da vida faz parte da construção social e precisa ser compreendida e respeitada. Considerando que estamos em uma sociedade capitalista, devemos lembrar que, outrora, o idoso era um ser produtivo economicamente falando, que contribuiu para o desenvolvimento familiar e social. Saindo do paradigma capitalista, devemos considerar o lado humano. Os indivíduos são seres dotados de sentimentos e emoções, sendo assim, estes, quando bem trabalhados, causam uma sensação de bem estar nos sujeitos. Outro ponto importante nesse fechamento é a sugestão para criação de serviços e programas para maior suporte à família brasileira no cuidado dos idosos. As instituições de Longa Permanência podem ser uma das alternativas para conter a violência dentro do seio familiar, além de contribuir com a diminuição dos índices de negligência e abandono. É, também, necessário um maior investimento na formação de profissionais da área da saúde, que lidam diretamente com esta população.

Por fim, acreditamos que a partir do momento em que todas as faixas etárias, classes sociais e etnias forem respeitadas e reconhecidas, a sociedade será um espaço melhor de se viver, e conviver, buscando sempre o bem estar de todos, independente dos fatores citados nos parágrafos acima.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. R. **O cuidador familiar de idosos: uma abordagem compreensiva.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem Comunitária) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Departamento de Enfermagem, UFC, Fortaleza, 2003.
- BISOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Repensando as questões da tolerância e dos direitos humanos vinculados à família. *In: Família, subjetividade, vínculos.* Ana M. A. Carvalho, Lúcia Vaz de Campos Moreira, organizadoras. São Paulo: Paulinas, 2007.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Data da publicação: 03/10/2003.
- CAMARANO, A. A. Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. *In: NERI, Anita L. (org.). Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- CAMARANO, A. A. Pensando no futuro dos idosos. **Revista Desafios.** São Paulo, mar. 2008.
- CAMILA, Karla. **Denúncias de violência contra idosos crescem 673% na Capital.** Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, 18/07/2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/denuncias-de-violencia-contraidosos-crescem-673-na-capital-1.543546>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- CASARA, M. B. **Quem é o idoso institucionalizado?** Portal do Envelhecimento, 2009. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/acervo/retratos/retratos1.htm>>. Acesso em: 04 set 2012.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. *In: FREITAS, E. V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KHOURY, H.T.T. *et al.* Bem-estar subjetivo de idosos residentes em instituições de longa permanência. *In: FALCÃO, D.V.S.; ARAÚJO, L.F. Psicologia do*

Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados. Campina: Alínea, 2009.

LEME, Luiz E. G; SILVA, Paulo S. C. Pereira. O idoso e a família. *In:* PAPALÈO NETTO. **Gerontologia.** São Paulo: Atheneu, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica.** 4ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2006.

MASCARO, S. A. **O que é velhice.** São Paulo, brasiliense, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEZUMA, C. A.; FREITAS, M. C.; MONTEIRO, A. R. M. A família e o cuidado ao idoso dependente: estudo de caso. **Revista Eletrônica de Enfermagem.** Goiânia, v. 10, nº 2, p. 395-404, 2008. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v10/n2/pdf/v10n2a11.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

PASCHOAL, S. M. P. Autonomia e independência. *In:* NETTO, M. P. **Gerontologia: velhice e o envelhecimento em visão globalizada.** São Paulo: Atheneu, 2002.

PINHEL, Maria João Jorge Manso. **A solidão nos idosos institucionalizados em contexto de abandono familiar.** 2011. 67 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social) – Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2011.

PETRINI, João Carlos. **Notas para uma Antropologia da Família.** Bauru: EDUSC, 2003.

SANTOS, Naiana Oliveira dos. **Família de idosos institucionalizados: perspectivas de trabalhadores de uma instituição de longa permanência.** 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SANTOS, S. S. C. **Gerontologia e os pressupostos de Edgar Morin. Textos sobre envelhecimento.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 2. 2003.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2000.

SILVA, J. C. **Velhice e Assistência Social no Brasil.** São Paulo, v. 17, n. 35, p. 54–64, fev. 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.